



O Brasil é profundamente mestiço e racista

E é por isso que tentaram calar Mary Del Priore.

Na Bienal de São Paulo, a historiadora Mary Del Priore precisou de segurança policial para lançar *História das mestiçagens no Brasil* (Editora Unesp). Motivo: ameaças por ousar estudar a mestiçagem. O livro esgotou em menos de três dias. A censura fracassou, mas o recado ficou.

Fiquei estupefata com o que ela contou: quando anunciou aos confrades da Academia Paulista que, com Gian Melo, lançaria a coletânea, um deles a felicitou “pela coragem”. Seria cômico se não fosse sério. Somos, como indivíduos e cultura, uma sociedade profundamente mestiça. Desde os primeiros séculos, encontros, conflitos, casamentos, alianças e violências misturaram populações, crenças e comidas. Estudar isso não é celebrar nem condenar. É fazer história.

Precisamos colocar os pontos nos is, em ano de eleição. Falar de mestiçagem não é negar o racismo. É explicar como o racismo se formou aqui.

Parte do ativismo atual, importado do modelo binário americano, quer apagar as palavras “mestiço” e “pardo”. Que todos caibam em duas caixas: brancos e negros.

Isso é violência contra 45% dos brasileiros que se declaram pardos.

Nossa história não foi de segregação absoluta, foi de mistura hierarquizada e desigual. Houve estupro e violência brutal, sim. Mas houve, também, alianças, casamentos, afetos e uma cultura nova.



Reduzir tudo a trauma único é desumanizar nossos ancestrais.

O antropólogo Antonio Risério alerta: “Somos uma gente mestiça, sim. Mas fruto de uma mestiçagem entre desiguais”. Reconhecer a mestiçagem não apaga a desigualdade, explica.

Darcy Ribeiro definiu: “Nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado”. Nos EUA

foi crime até 1967. Aqui fundou um povo novo.

Na antropologia, sincretismo designa o processo pelo qual tradições religiosas e culturais distintas, ao entrarem em contato, produzem novas formas simbólicas sem necessariamente apagar suas matrizes de origem. Não é simples fusão nem perda de identidade. É negociação, resignificação e criação cultural. No Brasil, tornou-se uma das expressões mais visíveis de uma sociedade formada

pelo encontro, tantas vezes desigual, entre povos diferentes.

O maior exemplo dessa mestiçagem viva está na Bahia, no sincretismo. Está na festa de Iemanjá, no dia 2 de fevereiro, atravessada por tradições africanas e pela convivência histórica com o catolicismo popular. É o Senhor do Bonfim, nosso Oxalá. É o acarajé da baiana, comida de orixá e ao mesmo tempo patrimônio nacional, vendido na rua com azeite de dendê africano. É o samba de roda que nasceu no Recôncavo do toque do atabaque com a viola portuguesa. Ali, o negro, o índio e o branco não foram apagados. Foram misturados, sem deixar de existir. Essa é a mestiçagem que não cabe na caixinha americana.

O projeto que ameaça historiadores hoje não quer história, quer propaganda. Quer um passado simples, de bons contra maus.

Mas o Brasil é complexo. Somos mestiços na pele, na música, na língua e na fé. E racistas na estrutura, na polícia, no mercado.

Negar um lado é não entender o país. Se nega a mestiçagem, importa um racismo que não é nosso. Se nega o racismo, cai no mito da democracia racial.

Quando uma historiadora precisa de proteção para lançar um livro, é a própria história que começa a sangrar.

Eu vejo o Brasil em suas nuances. Eu vivo o Brasil real, mestiço e racista, que precisa ser estudado, não censurado.

Alayde Sant'Anna é procuradora federal aposentada, mestre em direito e Estado e especialista em ciência política